



R.I.P PROINFO

Ao contrário de Platão, que, há pelo menos 2.500 anos, de acordo com as pesquisas de Célio da Cunha na obra *O MEC pós-Constituição*, já previa a necessidade de um Ministério da Educação de qualidade, nossos gestores não pensam o mesmo.

Cunha cita em seu livro as palavras de Werner Jaeger, segundo o qual “No ‘conjunto do Estado platônico das Leis’ (...) ‘descobrimos toda uma série de exigências de extraordinária modernidade: a escolarização geral obrigatória, a construção de escolas e ginásios públicos, a educação para os dois sexos’ (...); ‘e a criação no Estado duma autoridade suprema em matéria de instrução, com um ministro da Educação à frente’. ‘Platão inculca a ideia de que o posto de funcionário supremo em matéria de educação é, de longe, o mais importante de todos os cargos supremos do Estado’”.

Desde o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em 1932, que, segundo Célio da Cunha, tinha o objetivo de alertar o novo governo de que, sem uma política de Estado no campo da educação, concebida na esteira da doutrina federativa, não seria possível

Manuel Castells dizia que o poder é entendido como “o processo mais fundamental na sociedade, já que a sociedade é definida em torno de valores e instituições, e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder”. Assim sendo, acabamos por valorizar o poder ao invés do conhecimento, ou pior: não valorizamos o poder que o conhecimento pode nos proporcionar.

Não falamos aqui do poder pela força, pois, ainda citando Castells, o poder pela força não é uma relação social. Afinal, ao adotar o poder, perde-se o ator social dominado, quando na verdade o que precisamos é de uma visão de poder na ordem do social e não do institucional, como atualmente ocorre.



Demerval Bruzzi
Doutor em Educação, graduando em Psicologia. Ex-diretor do Ministério da Educação

“recuperar o tempo perdido”, até os dias atuais, nada foi feito para efetivamente perpetuar um projeto de educação para o Brasil. O que tivemos foram projetos político-partidários, alguns até muito interessantes, que a cada novo governo eram reformulados e/ou abandonados.

Já em 1932, tinha-se a noção de que nada é mais importante para o crescimento de um país do que uma educação de qualidade. A educação inclusive tem papel principal, sobrepondo a economia, uma vez que, com uma população qualificada, poderíamos há tempos ter deixado de ser um País extrativista (essa é ainda nossa maior atividade econômica).

Ainda citando Célio da Cunha, o *Manifesto* deixava claro o papel do Ministério ao afirmar que “A política educacional brasileira, com base na doutrina federativa e descentralizadora, perseguirá a unidade na multiplicidade, cabendo ao Ministério da Educação zelar pelo cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos, fazendo executar as orientações e os rumos gerais da função educacional de acordo com a Constituição e as leis ordinárias”. Não me parece absurdo esse entendimento, por isso me pergunto: qual a dificuldade de se executarem tais ideias?

Da mesma forma como esmaeceu no século passado a esperança dos pioneiros do *Manifesto*, hoje esmaece nossa esperança com a promulgação do Decreto 9.204/2017, que institui o *Programa de Inovação Educação Conectada*, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Esse *Programa* enterra de vez o ProInfo, *Programa Nacional de Informática na Educação*, criado pela Portaria 522/MEC, em 1997, e que, em 2007, por meio do Decreto 6.300, passou a ser denominado *Programa Nacional de Tecnologia Educacional*, tendo como objetivo a promoção e o uso pedagógico das TICs nas redes públicas de Educação Básica.

O ProInfo vinha cumprindo com seu objetivo, formando, desde 2009, mais de 700 mil professores, o que, de acordo com as métricas da Unesco – cada docente formado impacta diretamente pelo menos 30 alunos –, atingia aproximadamente 55,52% do total de alunos matriculados hoje na rede pública do Brasil. E continuaria cumprindo, se não fosse a implantação do novo programa, com a desculpa de utilizar-se de estudos que subsidiam a necessidade de preparação de uma política com linhas de apoio às redes públicas de ensino e às escolas da Educação Básica, encerrando assim mais de vinte anos de trabalhos, pesquisa e estudos – estudos estes que compõem o rol apresentado pelo próprio Ministério como base para implantação do novo programa chamado PNIT.

Assim, com mais uma ação político-partidária, o atual ministro da Educação comprova a fala de Castells: “acabamos por valorizar o poder ao invés do conhecimento, ou, pior, não valorizamos o poder que o conhecimento pode nos proporcionar”. Descanse em paz... ProInfo. ■

www.dbuzzi.pro.br